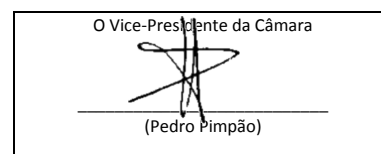




CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento



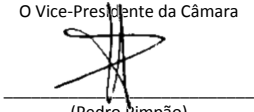
CONCURSO PÚBLICO

Contratação da concessão de exploração da cafetaria da Biblioteca Municipal de Loulé – “Sophia de Mello Breyner Andresen”

Caderno de Encargos



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

Artigo 1º

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a concessão de exploração da cafetaria da Biblioteca Municipal de Loulé - “**Sophia de Mello Breyner Andresen**”, conforme se descreve pormenorizadamente no presente caderno de encargos.

Artigo 2º

Definições

Para efeitos do presente caderno de encargos entende-se por:

Concessão de exploração – o contrato pelo qual o co-contratante se obriga a gerir, em nome próprio e sob a sua responsabilidade, uma atividade de serviço público, durante um determinado período, sendo remunerado pelos resultados financeiros dessa gestão.

Partes do contrato – são partes do contrato o concedente e o concessionário.

Concedente – O Município de Loulé.

Concessionário – o adjudicatário da concessão.

Artigo 3º

Contrato

1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos e seus anexos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo concessionário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo concessionário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Artigo 4º

Prazo da concessão

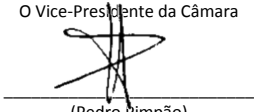
1- O prazo da concessão é de 40 (quarenta) meses, a contar da data da celebração do contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2- A exploração dos bens objecto de contrato deve iniciar-se no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato de concessão. O prazo indicado pode ser prorrogado mediante pedido devidamente fundamentado da parte do concessionário e após aprovação do Município de Loulé.

3- Na eventualidade de terminado o prazo de concessão não se ter celebrado novo contrato de concessão, pode ocorrer a renovação do contrato por um período inicial de 90 (noventa) dias, renovado por períodos sucessivos de 30 (trinta) dias até à celebração de novo contrato, ficando o concessionário obrigado a proceder ao pagamento dos mesmos valores mensais.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

Artigo 5º

Equipamentos da concessão

- 1- Consideram-se equipamentos afetos à concessão todos os bens e equipamentos existentes no estabelecimento à data da celebração do contrato, assim como os bens, equipamentos e obras a realizar, adquirir ou instalar pelo concessionário que sejam indispensáveis ao adequado desenvolvimento das atividades concedidas, independentemente do direito de propriedade pertencer ao concedente ou ao concessionário.
- 2- O Município entrega o estabelecimento com as infra-estruturas (elétricas, abastecimento de águas e saneamento).
- 3- No decorrer do ano de 2018 equipou-se a cafetaria com alguns equipamentos e finalizou-se a obra do jardim da Biblioteca, que passou a ter uma esplanada. Consta do Anexo A uma planta do Bar (escala 1:50) e do Anexo B o inventário dos bens afetos à Cafetaria.

Artigo 6º

Obrigações principais do concessionário

- 1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, o concessionário fica obrigado a cumprir as seguintes obrigações:
 - a) Instalação de todo o equipamento e dispositivos inerentes ao funcionamento da atividade que não estejam já afetos à concessão, devendo estes ser de boa qualidade e adequar-se esteticamente ao conjunto da edificação onde se inserem;
 - b) Proceder à limpeza e higienização das mesas e cadeiras disponíveis no Setor de Periódicos e no Jardim da Biblioteca (esplanada);
 - c) Terminado o prazo de concessão, fica o concessionário obrigado à retirada de todos os dispositivos e equipamentos instalados por sua iniciativa e a entregar o estabelecimento e os respetivos equipamentos em boas condições, sob pena de ter de indemnizar o concedente pelos prejuízos sofridos, ressalvadas as deteriorações normais de uma utilização prudente;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

- d) É totalmente vedada a realização quaisquer trabalhos de alteração, adaptação ou beneficiação no estabelecimento ou a prática de atos que contribuam para a descaracterização funcional do espaço onde se integra a atividade;
- e) O exercício da atividade deve efetuar-se nas melhores condições higio-sanitárias, no respeito pelas elementares regras de convivência e bom relacionamento com o público, devendo ainda facultar um nível de serviço que se considere acima da média;
- f) Cumprir e acatar as determinações quanto ao funcionamento que entretanto venham a ser determinadas pelo Município de Loulé e, bem assim, quanto ao cumprimento das normas estipuladas ao nível da regulamentação e legislação em vigor;
- g) Não alterar a finalidade da atividade a que foi habilitado a exercer pelo município;
- h) Fica o concessionário obrigado ao pagamento de todas as despesas decorrentes do exercício da atividade, seja em relação ao município ou a outras entidades;
- i) É vedada ao concessionário a cedência a terceiros, por qualquer título, dos direitos de exploração conferidos; excetuam-se aqui os casos de cessão de posição contratual, caso o(s) adjudicatário(s) forme(m) uma empresa após a adjudicação com o fim de proceder à exploração;
- j) Informar o concedente de qualquer circunstância que possa condicionar o normal funcionamento da atividade;
- k) Manter a sua sede em Portugal e ter por objecto exclusivo, ao longo de todo o período da concessão as actividades integradas na concessão, salvo as situações de exceção previstas na legislação em vigor;
- l) Assumir, nos termos da lei, a responsabilidade por quaisquer prejuízos causados a terceiros ou ao concedente, no exercício da sua atividade;
- m) Garantir a segurança das instalações, a responsabilidade civil, e acidentes de trabalho através de contratos de seguro, relativamente aos quais fica obrigado a comprovar a existência das respectivas apólices e o pagamento dos respectivos prémios no início da concessão e quando lhe seja solicitado;
- n) No exercício da atividade fica excecionalmente consagrada a proibição de venda e consumo de bebidas alcoólicas e de tabaco.

2- A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, e materiais que sejam necessários e adequados à concessão, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução da atividade.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

Artigo 7º

Obrigações e direitos principais do concedente

1- O Município de Loulé, compromete-se ao seguinte:

- a) Assegurar as condições legais de funcionamento da atividade;
- b) Garantir outras condições que se verifiquem justificáveis para a manutenção e boa acessibilidade ao local;

2- O Município de Loulé não fica obrigado à reposição de material, equipamento, mobiliário ou outros meios utilizados na atividade ou ainda à indemnização ao concessionário por quaisquer danos que advenham de incêndio, furto ou roubo que se verifique no período de vigência da concessão.

3- Sem prejuízo do disposto no artigo 302º e seguintes do CCP constitui poder do concedente:

- a) Fiscalizar o cumprimento dos deveres e obrigações do concessionário impostas pelo presente caderno de encargos e pelo contrato;
- b) Fiscalizar a utilização das instalações objecto de concessão.

Artigo 8º

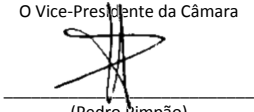
Seguros

1- O concessionário será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos, causados a terceiros, que resultem das atividades exercidas no âmbito da concessão.

2- O adjudicatário fica obrigado a dispor de apólices de seguro válidas, contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal a seu cargo, segurança das instalações e responsabilidade civil, contra danos provocados a terceiros, que deverá apresentar à Entidade Adjudicante antes do início da concessão e, posteriormente, sempre que o seja solicitado.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

Artigo 9º

Sigilo

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade adjudicante.

Artigo 10º

Regime do risco

O concessionário assume expressa, integral e exclusivamente a responsabilidade pelos riscos inerentes à concessão durante o prazo da sua duração e eventual prorrogação, exceto quando o contrário resulte do presente caderno de encargos ou do contrato, nomeadamente os riscos decorrentes da exploração, das exigências, decorrentes de normas legais ou determinações administrativas, e das eventuais alterações da lei geral.

Artigo 11º

Remuneração do concessionário

A remuneração do concessionário é efetuada, diretamente, através dos benefícios económicos obtidos em resultado da execução do contrato, configurados como contrapartidas das prestações contratuais derivadas da atividade.

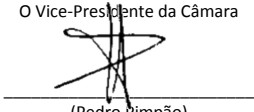
Artigo 12º

Remuneração do concedente

1- O vencimento de cada renda ocorrerá no dia 1 do mês anterior àquele a que diz respeito, devendo ser pago nos oito dias subsequentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

2- Nos cinco dias úteis posteriores à notificação da atribuição da concessão de exploração, o concessionário deverá liquidar uma quantia correspondente a 10% (dez por cento) do valor da sua proposta. Caso este pagamento não ocorra no prazo indicado a adjudicação caduca.

3- Os restantes 90% (noventa por cento) serão pagos na tesouraria do Município de Loulé, repartidos de forma igual pelos quarenta meses em que vigorará o direito de exploração.

4- Os valores a pagar são acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

5- Em caso de mora, relativamente aos pagamentos a efetuar pelo concessionário ao Município de Loulé, vencer-se-ão juros de mora, à taxa legal em vigor.

6- O valor da renda mensal será atualizado anualmente, com base no coeficiente publicado em Portaria para as rendas dos estabelecimentos comerciais, sendo a primeira atualização feita um ano após a celebração do contrato de concessão.

7- Caso o adjudicatário não cumpra as condições anteriormente referidas para o pagamento, perderá o direito à concessão.

Artigo 13º

Penalidades contratuais

1- Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, o concedente pode exigir ao concessionário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.

2- O montante das penas pecuniárias varia entre o mínimo de € 50,00 e o máximo de € 1.000,00, em função da gravidade do incumprimento e do grau de culpa do concessionário.

3- Os valores indicados no nº 2 do presente artigo são diários e ao serem aplicados perduram até à resolução do impedimento.

4- O valor acumulado das penas pecuniárias aplicadas não poderá exceder 20% do valor global da concessão.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

5- Na determinação da gravidade do incumprimento, o concedente tem e conta nomeadamente a duração da infracção, a sua eventual reiteração o grau de culpa do concessionário e as consequências do incumprimento.

6- As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o concedente exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do concessionário.

Artigo 14º

Força maior

1- Não podem ser impostas penalidades ao concessionário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

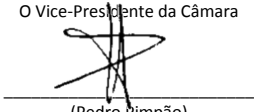
3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do concessionário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo concessionário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo concessionário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do concessionário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do concessionário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 15º

Direito de sequestro

Em caso de incumprimento grave por parte do concessionário das suas obrigações, ou estando o mesmo iminente, o concedente pode, mediante sequestro, tomar a seu cargo o desenvolvimento das atividades da concessão, nos termos previstos no artigo 421º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 16º

Direito de resgate

1- O concedente pode resgatar a concessão, por razões de interesse público, após o decurso do prazo de 1 (um) ano.

2- O resgate é notificado ao concessionário com pelo menos 60 dias de antecedência.

Artigo 17º

Resolução por parte do concedente

1- Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato e de outros neste previstos e do direito de indemnização nos termos gerais, o concedente só pode resolver o contrato quando se verifique:

a) Desvio do objecto da concessão;



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

 (Pedro Pimpão)

- b) Cessação ou suspensão, total ou parcial, pelo concessionário da exploração, sem que tenham sido tomadas medidas adequadas à remoção da respetiva causa;
- c) Recusa ou impossibilidade do concessionário em retomar a concessão na sequência de sequestro;
- d) Repetição, após a retoma da concessão, das situações que motivaram o sequestro;
- e) Ocorrência de deficiência grave na organização e desenvolvimento pelo concessionário das actividades concedidas, em termos que possam comprometer a sua continuidade ou regularidade nas condições exigidas pela lei e pelo contrato;
- f) Obstrução ao sequestro;
- g) Sequestro da concessão pelo prazo máximo permitido pela lei ou pelo contrato;
- h) Abandono pelo concessionário da exploração dos bens objeto da concessão, entendendo-se como tal a suspensão da atividade sem causa justificada durante um prazo superior a 30 dias consecutivos ou 60 dias interpolados.
- i) Violação reiterada do horário de funcionamento;
- j) Desobediência às instruções emanadas pelo concedente no uso dos seus poderes de direcção e fiscalização;
- k) Falta de pagamento da renda mensal por um período superior a dois meses seguidos;
- l) Declaração de falência ou insolvência do concessionário;
- m) Oposição reiterada por parte do concessionário, ao exercício dos poderes de fiscalização e controle do concedente;
- n) No caso de incumprimento de qualquer uma das obrigações previstas no artigo 6º do presente caderno de encargos.

2- A resolução do contrato determina, além dos efeitos previstos no contrato, a reversão dos bens do concedente.

3- O direito de resolução referido exerce-se mediante declaração enviada ao concessionário.

Artigo 18º

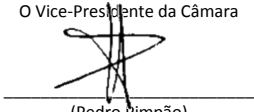
Resolução por parte do concessionário

O concessionário pode resolver o contrato nas situações e com os fundamentos previstos no artigo 332º do CCP.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

Artigo 19º

Reversão de bens

No termo da concessão, ou em caso de resolução da mesma, o concessionário dispõe do prazo de 15 (quinze) dias úteis para proceder à entrega do objecto da concessão.

Artigo 20º

Execução da caução

1- A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações do contrato, no valor de 5% do preço global da concessão, pode ser executada pelo contraente público sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades.

2- A resolução do contrato pela Entidade Adjudicante não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

Artigo 21º

Subcontratação e cessão da posição contratual

Está vedada a subcontratação e a cessão de posição contratual, exceto na situação referida na alínea i) do nº1 do artigo 6º do presente caderno de encargos.

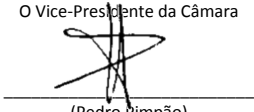
Artigo 22º

Caducidade

1- O contrato de concessão caduca pelo decurso do prazo da concessão fixado e com o início dos processos de insolvência, falência, dissolução, liquidação, cessação da atividade do concessionário, extinguindo-se nessa data as



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

relações contratuais existentes entre as partes, sem prejuízo das disposições que, pela sua natureza, de destinem a perdurar para além dela.

2- No termo do contrato não são oponíveis ao concedente os contratos celebrados pelo concessionário com terceiros para efeitos de desenvolvimento das actividades inerentes à concessão.

Artigo 23º

Comunicações e notificações

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3- Às comunicações e notificações e é aplicável o disposto nos artigos 468º e 469º do CCP.

Artigo 24º


Preço base

O preço base do procedimento é € 5.000,00 (cinco mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, e corresponde ao **preço mínimo** que a Entidade Adjudicante se dispõe a receber pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara



(Pedro Pimpão)

Artigo 25º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

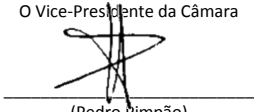
Artigo 26º

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

PARTE II- CLÁUSULAS ESPECIAIS

1. CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO A CONCESSIONAR

O objeto do presente concurso consiste na concessão do direito de exploração de um espaço destinado à instalação e funcionamento de estabelecimento de bebidas (cafetaria) sito no edifício da Biblioteca Municipal de Loulé - “Sophia de Mello Breyner Andresen”, conforme planta do espaço (Anexo A).

O espaço possui uma área útil de cerca de 13,47m², constituída por balcão de serviço e bancos adjacentes destinados a clientes, sala de apoio e sala de economato, conforme planta do espaço constante do Anexo A ao presente Caderno de Encargos, destinando-se à instalação e funcionamento de um estabelecimento de bebidas (cafetaria) sito no edifício da Biblioteca Municipal de Loulé - “Sophia de Mello Breyner Andresen”, consistindo a atividade exclusivamente no fornecimento de bebidas, podendo igualmente servir produtos confeccionados, pré-confeccionados ou pré-preparados que necessitem apenas de aquecimento ou conclusão de confeção, desde que disponham de condições e equipamentos adequados a esse efeito, de acordo com o estipulado nos art.ºs 126.º, 127.º e 128.º, do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16/01.

Os clientes podem usufruir de mesas e cadeiras que se encontram no Setor de Periódicos e no Jardim da Biblioteca, sendo que a limpeza desses equipamentos deverá ser assegurada pelo concessionário. Estes equipamentos não fazem parte integrante da concessão.

2. HORÁRIO

2.1- O horário de funcionamento obrigatório do estabelecimento será coincidente com o período de funcionamento da Biblioteca Municipal, que é atualmente o seguinte:

Horário de Inverno (15 de Setembro a 15 de Junho)

- segunda-feira das 14h30 às 19h00;
- terça a sexta-feira das 9h30 às 19h00;
- sábado das 10h00 às 17h30.

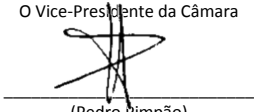
Horário de Verão (16 de Junho a 14 de Setembro)

- segunda a sexta-feira das 9h30 às 19h00.

2.2- Caso o horário seja alterado, o mesmo será comunicado ao concessionário.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

2.3- O estabelecimento deverá ainda abrir, fora do horário de abertura ao público da Biblioteca, quando se realizem iniciativas na Biblioteca, sendo as datas e horários comunicados, formalmente, pelo responsável pela Biblioteca, com antecedência nunca inferior a uma semana.

3. INSPEÇÃO DO LOCAL DA CONCESSÃO

É da responsabilidade do concorrente a inspeção do local da concessão modo a efetuar os levantamentos que entender necessários para a elaboração da sua proposta.

ANEXOS:

Anexo A - Planta do espaço.

Anexo B – Inventário do equipamento afeto à Cafetaria da Biblioteca.